

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

CONTRATO N.º XX/2019
PROCESSO N.º 51402.231022/2019-46

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA
ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS,
SUSTENTAÇÃO DE RECURSOS, PROCESSOS
DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO (TIC) E PARA SUPORTAR
DEMAIS EVENTUAIS OU PROGRAMADAS,
QUE ENTRE SI FAZEM A VALEC –
ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS
S. A. E **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.**

A VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S. A., empresa pública federal, prestadora de serviço público de transporte ferroviário, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, com sede no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 1, Bloco “G”, Lotes 3 e 5, Asa Sul, Brasília (DF), CEP 70.070-010, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 42.150.664/0001-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Interino, **JOSÉ LUIS VIANNA FERREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade n.º 319.476 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º 465.039.941-68, residente e domiciliado em Brasília (DF), e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, **PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade n.º 990.809 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n.º 411.137.051-91, residente e domiciliado em Brasília (DF), e a _____, com sede no endereço _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, (**nacionalidade**), (**estado civil**), (**profissão**), portador da cédula de identidade n.º _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, residente e domiciliado no endereço _____, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento contratual tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários (remoto e presencial), serviços técnicos para sustentação dos recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e serviços técnicos para suportar as demandas eventuais ou programadas, por Sistema de Registro de Preços, em todas as unidades da **CONTRATANTE** e Escritórios Regionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Os serviços previstos envolvem manutenção:

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º. 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

1.2.1. Preventiva, que inclui uma série de procedimentos destinados a prevenir indisponibilidades e/ou falhas dos componentes da Solução;

1.2.2. Corretiva, que inclui uma série de procedimentos destinados a manter os ativos do parque tecnológico em seu pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos apresentados;

1.2.3. Evolutiva, que inclui o fornecimento de novos versões e/ou *releases* corretivos de *softwares* lançadas durante a vigência do Contrato, mesmo em caso de mudança de designação do nome do *software*. A cada nova liberação de versão e *release*, a **CONTRATADA** deverá apresentar as atualizações, inclusive de manuais e demais documentos técnicos, bem como nota informativa das novas funcionalidades implementadas, se porventura existirem. Inclui também, implementações de novas funcionalidades relativas aos equipamentos.

1.3 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, Sistema de Registro de Preços, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL E DAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS:

2.1 A presente contratação decorre do procedimento licitatório pregão, Sistema de Registro de Preço, na forma eletrônica, sob o n.º. 6/2019, tendo por fundamento legal o artigo 3º, incisos II e IV, do Decreto n.º. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, as demais legislações pertinentes, o estabelecido no Edital e seus anexos, e os seguintes:

2.1.1 Decreto n.º. 3.555, de 8 de agosto de 2000 – Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

2.1.2 Decreto n.º. 5.450, de 31 de maio de 2005 – Regulamenta o Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.1.3 Decreto n.º. 7.174, de 12 de maio de 2010 – Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

2.1.4 Decreto n.º. 7.746, de 05 de junho de 2012 – Regulamenta o artigo 3º da Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;

2.1.5 Decreto n.º. 7.892/2013 – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no artigo 15 da Lei n.º. 8.666/1993;

2.1.6 Decreto n.º. 8.538, de 06 de outubro de 2015 – Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

2.1.7 Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

2.1.8 Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

2.1.9 Lei n.º 13.303/2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

2.1.10 Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.1.11 Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n.º 8.212 e n.º 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei n.º 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e n.º 9.841, de 5 de outubro de 1999;

2.1.12 Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007 – Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI); reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória n.º 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis n.º 9.779, de 19 de janeiro de 1999, n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, n.º 10.666, de 8 de maio de 2003, n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002, n.º 4.502, de 30 de novembro de 1964, n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, n.º 10.426, de 24 de abril de 2002, n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, n.º 10.892, de 13 de julho de 2004, n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996, n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, n.º 10.848, de 15 de março de 2004, n.º 10.865, de 30 de abril de 2004, n.º 10.925, de 23 de julho de 2004, n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis n.º 4.502, de 30 de novembro de 1964, n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei n.º 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências;

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

2.1.13 Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 1, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

2.1.14 Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 2, de 11 de outubro de 2010 – Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG);

2.1.15 Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 4, de 11 de setembro de 2014 – Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.

2.1.16 Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 5, de 27 de junho de 2014 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;

2.1.17 Instrução Normativa da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 5, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.18 Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) n.º 2.094/2004 – Relatório Consolidado das Auditorias realizadas em diversos órgãos e entidades da Administração Federal, em cumprimento à Decisão do Plenário n.º 1.214/2002, com o objetivo de avaliar a legalidade e oportunidade das aquisições de bens e serviços de informática. Fixação de entendimento. Determinações. Ciência a Comissão Técnica da Câmara e do Senado Federal.

2.1.19 Acórdão do Plenário do TCU n.º 1.099/2008 — Manifestou entendimento de que, havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a opção pelo não parcelamento mostra-se adequada, no mínimo do ponto de vista técnico;

2.1.20 Acórdão do Plenário do TCU n.º 1.603/2008 — Recomenda levantamento de auditoria de Tecnologia de Informação;

2.1.21 Acórdão do Plenário do TCU n.º 381/2011 — Recomenda promoção de ações para que auditoria interna apoie a avaliação da Tecnologia de Informação;

2.1.22 Acórdão do Plenário do TCU n.º 757/2011 — Recomenda estabelecimento de processo de avaliação da gestão de Tecnologia da Informação e promoção de ações para que a

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

auditoria interna apoie a avaliação da Tecnologia da Informação;

2.1.23 Acórdão do Plenário do TCU n.º 1515/2011 – Recomenda reforço na divulgação, entre os órgãos e entidades da Administração Pública Federal sob sua jurisdição, dos entendimentos contidos na Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 4/2014, que determina que o pagamento por serviços de tecnologia da informação será efetuado em função dos resultados obtidos, e nos itens 9.4.12 e 9.4.14 do Acórdão do Plenário do TCU n.º 669/2008 e item 9.1.4 do Acórdão do Plenário do TCU n.º 2.471/2008, que estabelecem que as contratações de serviços de tecnologia da informação devem ter a remuneração vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço

2.1.24 Nota Técnica da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI) do TCU n.º 1/2008 – Conteúdo mínimo do projeto básico ou termo de referência para contratação de serviços de Tecnologia da Informação;

2.1.25 Nota Técnica SEFTI/TCU n.º 2/2008 – Uso do pregão para aquisição de bens e serviços de Tecnologia de Informação;

2.1.26 Portaria da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 2, 16 de março 2010, que dispõe sobre as especificações padrão de bens de Tecnologia da Informação no Âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

2.1.27 Portaria da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação n.º 11, de 30 de dezembro de 2008 – Aprova a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) no âmbito do SISP na versão 2008;

2.1.28 Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2019/2021;

2.1.29 Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação do TCU de 2012;

2.2 E as exigências estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS E REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 Fazem parte integrante do presente Contrato, Edital e seus Anexos, proposta de preço da **CONTRATADA** bem como, independente de sua transcrição, os documentos autuados no processo em referência.

3.2 O regime de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA** é o da empreitada por preço unitário.

3.3 O modelo de execução e gestão do Contrato está descrito nos itens 25 e 26 do Termo de Referência.

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

3.4 Os serviços deverão ser executados nas dependências da **CONTRATANTE**, sob demanda, atendendo os prazos previstos nos respectivos Níveis Mínimos de Serviços, conforme indicado abaixo, exceto para serviço da “ilha de atendimento remoto ao usuário (1º Nível):

Localidade	Endereço
Sede da CONTRATANTE	SAUS, Quadra 1, Bloco “G”, Lotes 3 e 5, Asa Sul, Brasília (DF), CEP 70.070-010
Demais unidades e Escritórios Regionais da CONTRATANTE	Anexo “A” (Especificação dos Serviços) do Termo de Referência

3.5 Para a “ilha de atendimento presencial aos usuários (2º Nível)”, será aberta uma Ordem de Serviço (O.S.) específica considerando, para composição do quantitativo de Unidade de Serviço Técnico (UST), o quantitativo de endereços distintos a serem atendidos.

3.6 Em razão da natureza do serviço a ser prestado, poderão ser abertas O.S. para cada localidade ou região (interior ou capital/região metropolitana), de acordo com as regras definidas no Anexo “A” do Termo de Referência.

3.7 A **CONTRATADA** poderá realizar serviços remotamente, em especial aqueles rotineiros e/ou emergenciais para o restabelecimento dos serviços da **CONTRATANTE**, desde que sejam atendidas as determinações da Política de Segurança da **CONTRATANTE**.

3.8 Quando necessário, desde que previamente informado pela **CONTRATANTE**, os serviços técnicos (que necessitem da presença de técnicos para o atendimento) poderão ser realizados em locais diversos da sede, dos polos da **CONTRATANTE**, citados no Termo de Referência.

3.9 Para os casos em que os serviços não sejam prestados no mesmo município ou região circunvizinha dos endereços citados no Termo de Referência, caberá à **CONTRATANTE** os custos de transporte e estadia.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DIRETRIZES GERAIS DOS SERVIÇOS:

4.1 A especificação e a descrição dos produtos e serviços estão descritas no item 6 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:

5.1 O período de vigência deste instrumento é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 130 do Regimento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE** (RILC).

5.2 Na hipótese de eventual prorrogação do Contrato, nos termos do RILC, poderá ser admitido o reajuste da contratação, observadas as condições estabelecidas na Cláusula Décima deste Contrato.

5.3 Em conformidade com a Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 4/2014, a prorrogação do Contrato será, dentre outras condições, precedida de análise quanto à

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

manutenção da necessidade da contratação e de pesquisa de mercado para que se verifique se as condições oferecidas pela **CONTRATADA** continuam vantajosas para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCO:

6.1 A matriz de risco está apresentada no Anexo “N” do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO:

7.1 O valor deste Contrato é de R\$ _____ (**XXXXXXXX**).

7.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, remuneração da **CONTRATADA**, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, conforme condições estabelecidas no Edital e na proposta de preços da **CONTRATADA**.

7.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 A despesa objeto do Contrato está em conformidade com a Lei Orçamentária Anual de _____, Lei n.º _____, de ____ de _____ de _____, publicado na Edição Extra Diário Oficial da União em ____ de _____ de _____, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de _____, Lei n.º _____, de ____ de _____ de _____, publicada na Edição Diário Oficial da União de ____ de _____ de _____, e com o Plano Plurianual _____, Lei n.º _____, de ____ de _____ de _____, publicada na Edição Diário Oficial da União de ____ de _____ de _____, nos termos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, conforme descrito abaixo:

- ✓ Funções Programáticas n.º _____;
- ✓ Natureza da Despesa n.º _____;
- ✓ Fonte de Recursos: _____;
- ✓ Nota de Empenho n.º _____.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO:

9.1 Nos termos do artigo 34, incisos I e VIII, da Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 4/2014, o pagamento deverá ser condicionado à emissão do Termo de Recebimento Provisório e Definitivo da entrega/serviço executado no mês de referência da fatura, que implica no seu atesto. Os fiscais e o gestor poderão devolver, motivadamente, a fatura à **CONTRATADA**, para ajustes que se fizerem necessários, no mesmo prazo.

9.2 Para efeitos de pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar documento de cobrança constando, de forma discriminada, os serviços prestados no mês imediatamente

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

anterior, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

9.3 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste instrumento e no Contrato ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a **CONTRATADA** deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.

9.4 As condições de pagamento definidas deverão obedecer ao acordado quanto ao cumprimento das metas estabelecidas no item específico sobre acordo de nível de serviço. O não atendimento às metas estabelecidas deverá implicar em ajustes no pagamento (glosas), aplicando-se o índice de desconto calculado em conformidade com que foi estabelecido.

9.5 O pagamento será feito conforme Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil da **CONTRATANTE**, mediante apresentação pela **CONTRATADA** da nota fiscal/fatura da empresa, devidamente atestada pelo gestor do Contrato, referente às O.S. executadas no mês anterior.

9.6 O desembolso dar-se-á mediante pagamento dos serviços de manutenção e dos valores das O.S. efetivamente entregues no período.

9.7 A **CONTRATANTE** reserva-se ao direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados, prestando todos os esclarecimentos necessários à **CONTRATADA**.

9.8 No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, a **CONTRATANTE** deverá comunicar por escrito à **CONTRATADA**, que terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da comunicação, para substituí-los ou apresentar a carta de glosa.

9.9 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da fatura ou nota fiscal devidamente atestada pelo gestor e ainda o primeiro pagamento condicionado a apresentação do documento comprobatório da Garantia Contratual especificado neste Contrato.

9.10 A nota fiscal/fatura não poderá ser apresentada antes do último dia do mês de adimplemento da obrigação.

9.11 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas notas fiscais/fatura, serão estes restituídos à **CONTRATADA** para as correções solicitadas, não implicando à **CONTRATANTE** quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

9.12 No caso de faturas emitidas com erro, a contagem de novo prazo de 30 (trinta) dias será iniciada a partir da data da reapresentação do documento corrigido.

9.13 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ, dentro da validade, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

Contrato n.º. **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º. 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

9.14 Quando aplicável o atendimento do Ajuste do Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais (SINIEF) n.º. 7, de 30 de setembro de 2005, será necessário que, por ocasião da emissão de suas notas fiscais, a **CONTRATADA** envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas fiscais eletrônicas emitidas para o seguinte endereço eletrônico: gecon.nfe@valec.gov.br.

9.14.1 Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF n.º. 7/2005, por ocasião da assinatura da Ordem de Serviço (OS), deverão elaborar e encaminhar, concomitante, declaração à **CONTRATANTE** informando essa condição.

9.15 Deverá constar na nota fiscal ou fatura o detalhamento dos serviços executados, o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta, para que lhe seja efetuado o crédito bancário referente ao pagamento.

9.16 Caso ocorra eventual atraso no pagamento, por culpa exclusiva da **CONTRATANTE**, deverá essa, mediante pedido da **CONTRATADA**, proceder com a atualização financeira do valor devido, que deverá ser corrigido monetariamente desde a data do efetivo pagamento, com acréscimo de juros de mora à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, calculados *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: **I** = Índice de Atualização Financeira;

TX = Taxa de Juro Anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista e o efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (i/100)/365$ no qual *i* = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

9.17 O procedimento para a realização do pagamento deverá seguir o estipulado abaixo:

9.17.1.1 A remuneração em função das O.S. executadas/concluídas no mês de sua conclusão, salvo autorização expressa do gestor do Contrato ou negociação prévia estabelecida na própria O.S., levando-se em conta as entregas (produtos) efetivamente feitas, assim como indicadores de desempenho e qualidade.

9.17.1.2 Mensalmente, a **CONTRATADA** apresentará, para ateste, o relatório de serviços aceitos contendo a lista de todas as O.S. aceitas e os indicadores dos serviços nas O.S., entre o primeiro e último dia do mês apurado. A apresentação do relatório deverá ocorrer até o décimo dia do mês subsequente ao mês de apuração, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório;

9.17.1.3 Em até 5 (cinco) dias úteis, o gestor do Contrato e fiscais farão a análise dos artefatos recebidos. Em caso de inconsistências, os fiscais e gestor enviará à **CONTRATADA** formalmente os apontamentos para correções e nova entrega;

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

9.17.1.4 Caso ocorra apontamento, e nova entrega, será emitido novo Termo de Aceite Provisório, onde os prazos serão os mesmos citados no item anterior.

9.17.1.5 O ateste do gestor do Contrato na **CONTRATANTE** consistirá no envio da Termo de Aceite Definitivo à **CONTRATADA**, contendo referência ao “Relatório de Ordens de Serviço Aceitas – Termo Definitivo” do mês em questão, o quantitativo de O.S. aceitas neste período e autorizando o faturamento do somatório de UST’s referentes às O.S. aceitas, bem como o valor líquido para o pagamento mensal referente à sustentação dos serviços;

9.17.1.6 Após o Termo de Aceite Definitivo do gestor do Contrato na **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** emitirá nota fiscal/fatura no valor correspondente ao somatório de UST’s de todas as O.S. aceitas no período de referência, devidamente convertidos para reais (R\$), encaminhando a referida nota fiscal/fatura à **CONTRATANTE**, para ateste e pagamento. Sobre este valor poderão incidir as sanções previstas no Termo de Referência.

9.17.1.7 Além do atendimento aos níveis mínimos de serviços, deve-se observar ainda o disposto no artigo 129, inciso IX, do RILC da **CONTRATANTE**, é obrigação da **CONTRATADA** manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.17.1.8 O pagamento será efetuado, em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, conforme item 9.9, e após concluídas as seguintes etapas:

9.17.1.8.1 Ateste da Nota Fiscal apresentada;

9.17.1.8.2 Emissão do Termo de Aceite Definitivo (TAD), na forma e prazo preestabelecido, após verificação de conformidade do serviço recebido com as especificações constantes do Termo de Referência.

9.17.1.9 A nota fiscal ou fatura deverá, obrigatoriamente, ser acompanhada de comprovação de regularidade fiscal federal, Certidão Negativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (CRF) e certidão de regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

9.17.1.10 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando a **CONTRATADA**:

9.17.1.10.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida para o objeto contratado;

9.17.1.10.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução contratual, ou utilizá-los com qualidade inferior à exigida no Termo de Referência.

9.17.1.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária para pagamento.

9.17.1.12 Antes de cada pagamento à **CONTRATADA**, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

9.17.1.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.17.1.14 O teto mensal da remuneração da **CONTRATADA** será o somatório de UST's, no decorrer do Contrato e existentes no mês de competência, cada qual segundo o seu valor determinado neste documento adicionados dos valores devidos pelas O.S. concluídas. A remuneração efetiva será o teto abatido os valores calculados de descontos devidos pelo não atingimento das metas dos indicadores de desempenho e qualidade segundo as regras estabelecidas no presente documento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE:

10.1 Poderá ser admitido o reajuste de preço do serviço contratado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, para o primeiro reajuste, contado a partir da data limite para apresentação da proposta, constante do instrumento convocatório, conforme dispõe o RILC da **CONTRATANTE**.

10.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

10.3 Será utilizado o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) aferido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ou outro que venha a substituí-lo no setor de tecnologia da comunicação para o cálculo do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1 Executar os serviços conforme estabelece o Termo de Referência e seus anexos;

11.2 Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à **CONTRATANTE**, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

11.3 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

11.4 Reparar quaisquer danos diretamente causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela **CONTRATANTE**;

11.5 Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela **CONTRATANTE**, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

11.6 Manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições da habilitação exigidas nos instrumentos que facultaram a contratação, devendo comunicar à **CONTRATANTE** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

11.7 Manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

11.8 Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme artigo 18, inciso I, alínea “g”, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º. 4/2014;

11.9 Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de prova de conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

11.10 Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do Contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração.

11.11 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados nos quais se verificar vícios, defeitos ou incorreções;

11.12 Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a seus aos bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

11.13 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do **CONTRATANTE**;

11.14 Cumprir os prazos e obrigações estabelecidas no Termo de Referência e Anexos;

11.15 Solicitar, com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, a realização de reunião com a **CONTRATANTE**;

11.16 Observar os processos de trabalho, políticas e normas internas da **CONTRATANTE**;

11.17 Dar conhecimento a todos os profissionais que venham a prestar serviços relacionados ao objeto contratado, os processos de trabalho, políticas e normas internas da **CONTRATANTE**, bem como zelar pela observância de tais instrumentos;

11.18 Cuidar para que toda documentação gerada durante a execução dos serviços sigam as definições do Anexo que trata do Detalhamento dos Documentos Inerentes à Contratação e estejam disponíveis e atualizadas no controle de versão;

11.19 Alocar profissionais necessários à realização dos serviços, de acordo com a experiência profissional e qualificação técnica exigida, apresentando a documentação que comprove a qualificação;

11.20 Manter os profissionais devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**;

11.21 Devolver, quando do término do contrato ou do desligamento de profissionais da equipe, os crachás fornecidos pela **CONTRATANTE**. No caso de eventual extravio ou dano, a **CONTRATADA** deverá ressarcir a **CONTRATANTE**;

11.22 Cuidar para que o preposto mantenha permanente contato com a unidade

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

responsável pela fiscalização do Contrato, adotando as providências requeridas à execução dos serviços pelos profissionais, e comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados;

11.23 Informar imediatamente à **CONTRATANTE** a ocorrência de transferência, remanejamento, promoção ou demissão de profissional sob sua responsabilidade, para providências de revisão, modificação ou revogação de privilégios de acesso a sistemas, informações e recursos da **CONTRATANTE**;

11.24 Assumir a responsabilidade, sem qualquer espécie de solidariedade por parte da **CONTRATANTE**, por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, bem como pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação e pelos decorrentes de eventual demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

11.25 Assumir a responsabilidade, sem qualquer espécie de solidariedade por parte da **CONTRATANTE**, por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus profissionais durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da **CONTRATANTE**;

11.26 Responder por danos patrimoniais causados por profissionais da **CONTRATADA** durante a execução dos serviços objeto do Contrato;

11.27 Planejar, desenvolver, implantar, executar e manter os serviços de acordo com os níveis de serviço estabelecidos no Contrato;

11.28 Reportar ao **CONTRATANTE** imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da **CONTRATANTE**;

11.29 Encaminhar à unidade fiscalizadora as notas fiscais/faturas dos serviços prestados, emitidas em conformidade com o fator de atendimento de nível de serviços previamente validado na reunião mensal de acompanhamento, bem como comprovantes de seguros a serem prestados;

11.30 Providenciar, às suas custas, *link* de comunicação para acesso aos recursos computacionais necessários à execução dos serviços contratados, quando não fornecido pela **CONTRATANTE**;

11.31 Manter em suas dependências e às suas custas, ambiente computacional compatível com o ambiente utilizado na **CONTRATANTE**;

11.32 Executar os serviços objeto da presente contratação, observando as melhores práticas preconizadas pelo ITIL (Information Technology Infrastructure Library) e os requisitos estabelecidos para gestão do ciclo devida da Solução;

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

11.33 Assegurar a transferência de todas as obrigações contratuais ao sucessor, em caso de venda, fusão, cisão, incorporação por novos controladores ou associação da **CONTRATADA** com outrem;

11.34 Substituir, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, profissional cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios às normas de disciplina do **CONTRATANTE** ou ao interesse do serviço público, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

11.35 Adotar as providências necessárias para exclusão da **CONTRATANTE** da lide na hipótese de haver ação judicial envolvendo terceiros, cujo objeto refira-se a serviço prestado ou bem fornecido à **CONTRATANTE**. Não obtendo êxito na exclusão, e, se houver condenação, reembolsar a **CONTRATANTE**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do efetivo pagamento, as importâncias que tenha sido ela obrigado a pagar;

11.36 Permitir o acompanhamento, pela **CONTRATANTE**, de todas as atividades realizadas no escopo do serviço de implantação, de forma a absorver informações críticas de negócio e possibilitar a condução, de forma emergencial, os serviços de manutenção evolutiva e sustentação da Solução;

11.37 Apresentar o Plano de Trabalho e o Cronograma de desenvolvimento das atividades contratadas para aprovação da **CONTRATANTE**, antes do início das atividades;

11.38 Atender as solicitações de serviços de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativos, cronogramas físicos que venham ser estabelecidos pela **CONTRATANTE**;

11.39 Após cada atendimento técnico, a **CONTRATADA** deverá emitir um relatório técnico referente ao atendimento, contendo a descrição do atendimento, o número do chamado, a data do atendimento, a assinatura do técnico da **CONTRATADA**, bem como a aceitação do responsável da **CONTRATANTE** para os serviços prestados;

11.40 Fornecer aos seus técnicos todas as ferramentas e os instrumentos necessários à execução dos serviços;

11.41 Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação, incluindo a atualização de documentos de controle de tributos e contribuições;

11.42 Apresentar, quando solicitado pelo gestor ou fiscal do Contrato, a Guia de Recolhimento de FGTS e de Informações à Previdência Social/Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP/SEFIP) completa sem omissões de informações;

11.43 A **CONTRATADA** deverá participar, com seu representante credenciado pela **CONTRATANTE**, de todas as reuniões e outras atividades de coordenação, planejamento, acompanhamento e avaliação que venham a ser convocadas pela **CONTRATANTE**;

11.44 Cumprir rigorosamente com todas as programações e atividades objeto do

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

Contrato;

11.45 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que eles não têm nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

11.46 Prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

11.47 Acatar as orientações da **CONTRATANTE**, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

11.48 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do objeto estabelecido;

11.49 Manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-lo na execução do Contrato;

11.50 Em nenhuma hipótese, a **CONTRATADA** poderá veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**;

11.51 Responsabilizar-se pelos ônus decorrentes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por dolo ou culpa sua ou de quaisquer de seus empregados e prepostos, assumindo, também, quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do objeto do Termo de Referência;

11.52 Manter sigilo sobre quaisquer informações da **CONTRATANTE**, às quais, durante a vigência do Contrato, venha a ter conhecimento ou acesso, assinando o respectivo Termo de Confidencialidade;

11.53 Caberá à **CONTRATADA** entregar à **CONTRATANTE** um Termo de Confidencialidade assinado por seu representante legal, bem como Termos de Confidencialidade assinados por cada um dos profissionais designados para a prestação de serviços à **CONTRATANTE**;

11.54 A partir da assinatura do Contrato e durante sua vigência a **CONTRATADA** deverá possuir e/ou deverá instalar escritório em Brasília onde deverão ser lotados os empregados encarregados do projeto;

11.55 Indicar formalmente pessoa responsável e/ou canal de atendimento responsável pela captação de demandas, fiscalização do cumprimento dos serviços/atividades, registro das ocorrências de anormalidades, prestação de esclarecimentos ao gestor e ao fiscal do contrato sobre qualquer tema referente ao objeto contratual;

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

11.56 Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer suspensão na execução dos serviços, mesmo que em caráter temporário;

11.57 Executar todos os serviços contratados com profissionais habilitados e qualificados e em quantidade suficiente, responsabilizando-se pela qualidade, exatidão e segurança das atividades, diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável e com observância aos prazos pactuados;

11.58 Respeitar as normas e procedimentos internos da **CONTRATANTE**;

11.59 Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido no contrato e os que apresentarem defeitos, não conformidades ao especificado, execução em desacordo com a boa técnica ou vício, de acordo com a legislação aplicável;

11.60 Manter, durante a execução do Contrato, as condições de habilitação e contratação exigidas no Instrumento de Contratação;

11.61 Prestar informações e dirimir eventuais dúvidas da **CONTRATANTE** sobre a execução do Contrato, por meio de seu preposto, em até 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação;

11.62 Realizar o atendimento das solicitações de serviço e executar os serviços solicitados pelos gestores autorizados da **CONTRATANTE** em conformidade com o cronograma estabelecido e aprovado pela **CONTRATANTE**;

11.63 Fornecer toda documentação informativa para melhor uso da Solução adquirida;

11.64 Possuir metodologia formal para executar as atividades e implantação da solução e respectivos produtos, previamente aprovadas pela **CONTRATANTE**;

11.65 Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer informação da **CONTRATANTE** acessada ou gerada por ocasião do serviço prestado, reconhecendo serem essas de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada à **CONTRATADA**, sua cessão, locação ou venda a terceiros;

11.66 Assumir inteira responsabilidade administrativa, civil e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais que possa causar, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que sejam causados por seus prepostos, empregados ou representantes;

11.67 Para efeitos do presente documento, serão consideradas confidenciais as informações transmitidas por qualquer meio, tangível ou não, relativa à **CONTRATANTE**, que venham a ser divulgadas e que não sejam de domínio público, não incluído:

11.67.1 Informações e dados que sejam obtidos pela **CONTRATADA** por meio de terceiros, desde que sem violação, por parte destes terceiros, de obrigação de sigilo;

11.67.2 Informações e dados que já estejam na posse da **CONTRATADA** e que tenham sido obtidas de forma legítima, sem qualquer violação a contratos, termos e/ou acordos

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

firmados com a **CONTRATANTE**; e

11.67.3 Informações e dados que sejam divulgados publicamente por terceiros, desde que tal fato não esteja relacionado à violação de sigilo por parte da **CONTRATADA**.

11.68 Entregar à **CONTRANTE** o Termo de Confidencialidade no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da assinatura do Contrato;

11.69 Entregar, por meio do seu preposto, o Termo de Confidencialidade assinado pelos novos empregados envolvidos na execução contratual, no caso de substituição ou inclusão de empregados por parte da **CONTRATADA**;

11.70 Responder pelas despesas relativas a encargos, seguro de acidentes, impostos, contribuições e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados;

11.71 Arcar com as exigências dos poderes públicos, bem como com as multas que lhe sejam impostas pela **CONTRATANTE**;

11.72 Disponibilizar profissional qualificado para elaboração dos Planos de Trabalho, juntamente com a equipe designada pela **CONTRATANTE**;

11.73 Elaborar os Planos de Trabalho em até 20 (vinte) dias, contados da solicitação expressa da **CONTRATANTE**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa formal da **CONTRATADA** e aceita pela **CONTRATANTE**;

11.74 Disponibilizar seus especialistas para consultas demandadas pela **CONTRATANTE**, sempre que for necessário, sem qualquer custo adicional; e

11.75 São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

11.75.1 A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do **CONTRATANTE**;

11.75.2 A subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

11.76 As demais obrigações da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1 A **CONTRATANTE** nomeará gestor e fiscais técnico, administrativo e requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme o disposto no artigo 30 da Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 4/2014;

12.2 Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de O.S. ou Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos artigos 19 e 33 da Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 4/2014;

12.3 Receber o objeto fornecido pela **CONTRATADA** que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no artigo 21 da

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 4/2014;

12.4 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos prazos preestabelecidos neste Contrato;

12.5 Comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

12.6 Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da **CONTRATADA**, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

12.7 Os *softwares* resultantes de serviços de desenvolvimento serão catalogados pela contratante e, sempre que aplicável, disponibilizados no Portal do Software Público Brasileiro de acordo com o regulamento do Órgão Central do SISP.

12.8 Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso de fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados;

12.9 Cumprir os prazos e obrigações financeiras estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências por parte da **CONTRATADA**;

12.10 Convocar a **CONTRATADA** a participar das reuniões;

12.11 Permitir acesso dos profissionais da **CONTRATADA** às dependências, equipamentos, softwares e sistemas de informação do **CONTRATANTE** relacionados ao objeto do Contrato;

12.12 Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes solicitados pelos profissionais da **CONTRATADA**;

12.13 Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato;

12.14 Prover a infraestrutura física necessária à execução das ações de treinamento e capacitação na Solução;

12.15 Apresentar à **CONTRATADA** processos de trabalho, políticas e normas internas relacionadas ao objeto da contratação;

12.16 Acompanhar as atividades de implantação, de forma a reter informações críticas de negócio, e estar apto a conduzir, de forma emergencial, os serviços de manutenção evolutiva e sustentação da Solução, com vistas a mitigar riscos de descontinuidade de serviços e de dependência técnica;

12.17 Solicitar a indicação de outro profissional para exercer os papéis relacionados no item que trata da Equipe Técnica da **CONTRATADA**, caso os profissionais alocados pela

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

CONTRATADA não desempenhem satisfatoriamente as responsabilidades elencadas ou não possuam as qualificações necessárias para cada papel;

12.18 Gerenciar e fiscalizar a execução do Contrato, de forma a garantir o fiel cumprimento de suas cláusulas;

12.19 Fornecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação e softwares de apoio sob a sua responsabilidade necessários à implantação da Solução;

12.20 Recusar recebimento de qualquer bem ou serviço que estiver em desacordo com as condições e as especificações estabelecidas no contrato e na O.S. de solicitação;

12.21 Emitir Termos Circunstanciados de Recebimento Provisório, de Recebimento Definitivo ou de recusa de bens ou serviços relacionados ao objeto contratado;

12.22 Aplicar à **CONTRATADA**, se necessário, as sanções administrativas e contratuais cabíveis, garantida a ampla defesa e contraditório;

12.23 Manter o histórico de gerenciamento do Contrato nos autos do processo de fiscalização, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do Contrato, por ordem cronológica;

12.24 Liberar as garantias prestadas pela **CONTRATADA** nos tempos contratualmente previstos;

12.25 Designar comissão para análise da amostra (prova de conformidade);

12.26 Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

12.27 Permitir o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**, onde será instalado o sistema, para execução dos serviços;

12.28 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

12.29 Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto do presente Termo de Referência, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

12.30 Comunicar à **CONTRATADA** sobre qualquer anormalidade havida durante a execução dos serviços, para adoção das providências de saneamento;

12.31 Efetuar o pagamento devido no valor acordado em Contrato, desde que concluídos e atestados os serviços prestados.

12.32 Nomear gestor/fiscal para todas as tratativas de ordem administrativas e técnicas inerentes ao Contrato bem como todos os acordos firmados em decorrência da prestação dos serviços.

12.33 Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

12.34 As demais obrigações da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da **CONTRATANTE**, especialmente designados.

13.2 A **CONTRATADA** deverá indicar, em até 10 (dez) dias, preposto que juntamente com o gestor contratual da **CONTRATANTE**, adotará as providências necessárias a fiel execução do objeto.

13.3 O representante da **CONTRATANTE** deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato.

13.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

13.5 O representante da **CONTRATANTE** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das Cláusulas contratuais.

13.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

13.7 A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.8 As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da **CONTRATANTE** encarregado da fiscalização do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

13.9 Serão observadas ainda as disposições do item 26.3.10 do Termo de Referência a respeito da fiscalização dos serviços.

13.10 Eventual tolerância nos casos de gestão e fiscalização da **CONTRATANTE** em relação às infrações cometidas pela **CONTRATADA** não implicará em renúncia ao direito de exigir a regular execução do Contrato e de imposição de sanções no caso de inadimplemento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

14.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** prestará garantia em qualquer das modalidades previstas no artigo 70, § 1º, da Lei n.º 13.303/2016, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, devendo

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

apresentá-la no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período a critério da **CONTRATANTE** e deverá ter validade de pelo menos 90 (noventa) dias após a vigência contratual.

14.2 Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia previsto no subitem 14.1 poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

14.3 A garantia inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre os percentuais previstos no item 14.1 ou 14.2 do valor vigente do Contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos se houver) conforme o caso.

14.4 A garantia e seus reforços poderão ser realizados em qualquer das modalidades previstas no artigo 70, §1º, da Lei n.º. 13.303 de 2016, a saber:

- Caução em dinheiro;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária.

14.5 No caso de fiança bancária, esta deverá ser a critério da **CONTRATADA**, fornecida por um banco localizado no Brasil, devidamente aptos a operar, registrados em todos os órgãos competentes, inclusive no Banco Central do Brasil, pelo prazo da duração do Contrato, devendo a **CONTRATADA** providenciar sua prorrogação, por toda a duração do Contrato, independente de notificação da **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão contratual ressalvados os casos em que a duração do Contrato for inferior ao prazo acima estipulado, quando deverá a caução ser feita pelo prazo contratual.

14.6 Além disso, a fiança bancária deverá ser devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinada na Lei n.º. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, artigo 129, e deverá vir acompanhada de: cópia autenticada do estatuto social do banco; cópia autenticada da ata da assembleia que elegeu a última diretoria do banco; cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco e reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança. A carta de fiança seguirá o modelo constante no Edital.

14.7 No caso da opção pelo seguro-garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e credenciada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em nome da **CONTRATANTE**, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do Contrato, devendo a **CONTRATADA** providenciar sua prorrogação, por toda a duração do Contrato, independente de notificação da **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão contratual.

14.8 No caso de opção por caução em dinheiro, a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal (Decreto-Lei n.º. 1.737, de 20 de dezembro de 1979, artigo 1º, inciso IV), em conta de caução vinculada à **CONTRATANTE**.

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

14.9 A garantia prestada pela **CONTRATADA** lhe será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do serviço e ocorrerá mediante apresentação de certidão de regularidade com o INSS relativa à baixa da matrícula do Cadastro Específico do INSS (CEI) e, na hipótese de ter sido realizada em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

14.10 A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do artigo 77, da Lei n.º 13.303/2016. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade sobre o seu pagamento, nem poderá onerar objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis, consoante o disposto no § 1º do artigo 77, da Lei n.º 13.303/2016.

14.11 No caso de consórcio, fica obrigada a empresa líder do consórcio ou seu representante do mesmo a oferecer caução garantia do Contrato.

14.12 O pagamento de todo e qualquer documento de cobrança da **CONTRATADA** somente será efetuado pela **CONTRATANTE** mediante a existência da garantia estabelecida no Contrato.

14.13 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** deverá fazer a respectiva reposição no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contado da data em que for notificada.

14.14 A garantia terá validade durante a execução do Contrato e de 90 dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:

a) A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão **CONTRATANTE**, contados da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia, sob pena de aplicação de sanções previstas neste Contrato e no Edital;

b) A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber;

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

- c) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b", observada a legislação que rege a matéria;
- d) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do **CONTRATANTE**;
- e) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- f) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas Cláusulas.
- g) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**;
- h) A garantia será considerada extinta:
1. Com a devolução da apólice, fiança bancária ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante Termo Circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as Cláusulas do Contrato;
 2. O prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistros;
- i) A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;
- 14.15** A garantia a ser prestada vigorará até o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pelas partes.
- 14.16** Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste instrumento.
- 14.17** A **CONTRATADA** deverá providenciar a entrega da garantia contratual à **CONTRATANTE**, observando os prazos informados no subitem 14.1, sendo que o documento deverá ser enviado à área técnica demandante no endereço SAUS, Quadra 1, Bloco "G", Lotes 3 e 5, Asa Sul, Brasília (DF), CEP 70.070-010.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FORÇA MAIOR:

15.1 Se, por circunstâncias de força maior, a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações contratuais, deverá comunicar esse fato imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, informando os efeitos do evento. Constatada, pela **CONTRATANTE**, a existência de tais circunstâncias, os serviços serão suspensos, mediante comunicação escrita da **CONTRATANTE**, enquanto perdurar a condição de força maior. Quando essa condição se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias, contados da sua constatação pela **CONTRATANTE**, qualquer das partes contratantes poderá pedir a rescisão do Contrato,

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

cabendo à **CONTRATANTE**, nesse caso, exclusivamente o encargo de pagar à **CONTRATADA** a importância correspondente aos serviços executados até a data da ocorrência do evento de força maior.

15.2 Para efeito deste Contrato, consideram-se circunstâncias de força maior aquelas definidas na legislação e na jurisprudência em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS:

16.1 O pagamento e o recolhimento de quaisquer tributos, encargos ou contribuições, inclusive parafiscais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato, correrão por conta e inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

16.2 Caso a **CONTRATADA** seja autuada, notificada ou intimada pela autoridade competente por inobservância do disposto no item 16.1 e isto implicar em responsabilidade solidária da **CONTRATANTE**, esta poderá reter, dos pagamentos vincendos, um montante equivalente ao encargo não recolhido pela **CONTRATADA**, até que esta satisfaça o pagamento devido, não incidindo, nessa hipótese, quaisquer juros ou reajustamento sobre as parcelas retidas.

16.3 Serão de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** quaisquer indenizações por danos ou prejuízos causados por ação ou omissão sua ou de seus propositos à **CONTRATANTE** ou a terceiros, bem como pela inobservância ou infração de disposições previstas em lei, regulamentos ou posturas vigentes, em decorrência da execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

17.1 É possível a alteração contratual, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

17.1.1 quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

17.1.2 quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites estabelecidos nos itens 17.2 e 17.3 deste Contrato;

17.1.3 quando conveniente a substituição da garantia de execução;

17.1.4 quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

17.1.5 quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

17.1.6 para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra,

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

17.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

17.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 17.2, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.4 No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser pagos pela **CONTRATANTE** pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

17.5 A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

17.6 Em havendo alteração do Contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA** contratado, a **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

17.7 É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1 Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a defesa prévia e o contraditório, a **CONTRATANTE** pode aplicar à **CONTRATADA**, com fundamento nos artigos 82 a 84 da Lei n.º 13.303/2016, as seguintes sanções:

I – Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à execução do objeto da licitação e não prejudiquem o andamento das atividades normais da **CONTRATANTE**;

II – Multa moratória e compensatória nos seguintes percentuais:

a) Multa moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

b) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

caso de inexecução total do objeto;

c) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação adimplida

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicadas às empresas ou aos profissionais quando:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;

d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato;

e) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

f) ensejar o retardamento da execução do objeto do certame;

g) não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato;

h) cometer fraude fiscal.

§ 1º A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

§ 2º A multa a que alude este artigo não impede que a **CONTRATANTE** rescinda o Contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato.

§ 3º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da respectiva **CONTRATADA**.

§ 4º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§ 5º As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 6º O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 7º O prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial da União – DOU, estendendo-se os seus efeitos a todas as unidades da **CONTRATANTE**.

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

§ 8º A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

§ 9º A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** não impede que a Administração rescinda o Contrato.

§ 10º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida no período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

18.2 As condutas relacionadas no artigo 7º da Lei n.º. 10.520/2002, poderão ensejar a aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, após regular processo administrativo, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

18.3 As práticas passíveis de penalização exemplificadas nesta Cláusula, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica nos termos da Norma de Processo Administrativo Sancionatório de Rescisão Contratual Unilateral e de Constituição de Débito da **CONTRATANTE**, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei n.º. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.4 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados – CGU-PJ, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO:

19.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou neste Contrato.

19.2 Constituem motivo para rescisão do Contrato:

I – o não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – o cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – a lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV – o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V – a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

VI – a subcontratação total ou parcial do seu objeto, respeitado ainda o disposto no artigo 78 da Lei n.º. 13.303/2016; a associação da **CONTRATADA** com outrem; a cessão ou

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

transferência, total ou parcial; bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Contrato;

VII – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII – o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

IX – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X – a dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

XI – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato;

XII – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII – o acréscimo ou a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no artigo 81, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 13.303/2016;

XIV – a inobservância, por parte da **CONTRATADA**, da matriz de riscos;

XV – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVI – o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XVII – a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XVIII – o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIX – a prática de atos lesivos à **CONTRATANTE** previstos na Lei n.º 12.846/2013;

XX – a inobservância da vedação ao nepotismo;

XXI – a prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da **CONTRATANTE**, direta ou indiretamente.

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.3 A rescisão do Contrato poderá ser:

I – rescisão por culpa da **CONTRATADA**, mediante portaria da autoridade competente da **CONTRATANTE**, precedida de prévio procedimento administrativo no qual sejam garantidos à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa;

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

III – judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá este ainda direito a:

I – devolução da garantia;

II – pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;

III – pagamento do custo da desmobilização.

19.4 A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato:

I - assunção imediata do objeto contratado, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da **CONTRATANTE**;

II – execução da garantia contratual, para ressarcimento da **CONTRATANTE**, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

III – na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

19.5 A **CONTRATANTE** poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a cláusulas financeiras, nos termos da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996.

19.6 O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido:

19.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.6.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CESSÃO, SUB-ROGAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

20.1 Não será permitida a cessão, sub-rogação e subcontratação pela **CONTRATADA** na execução dos serviços que formam o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

21.1 A **CONTRATADA** deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

21.2 É dever da **CONTRATADA** a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

21.3 A **CONTRATADA** deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

prestação dos serviços.

21.4 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos seus empregados, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

21.5 A **CONTRATADA** deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

21.6 A **CONTRATADA** deverá observar a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n.º. 401, de 4 de novembro de 2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

21.7 A **CONTRATADA** deverá evitar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade.

21.8 É obrigação da **CONTRATADA** destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

21.9 Considerando os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração, conforme Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º. 1, de 19 de janeiro de 2010, a **CONTRATADA** deverá, entre outras providências, otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição através das seguintes medidas, entre outras:

21.9.1 A **CONTRATADA** deve orientar os empregados alocados nas instalações da **CONTRATANTE**, contempladas pelo Contrato, no que couber, para racionalização do consumo de energia elétrica e adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;

21.9.2 A **CONTRATADA** deve treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução da poluição e desperdício de materiais de consumo racionalizando o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências da **CONTRATANTE**;

21.9.3 A **CONTRATADA** deve utilizar preferencialmente na confecção dos uniformes, produtos menos poluentes e agressivos ao meio ambiente que utilizem tecidos que tenham em sua composição fibras oriundas de material reciclável e/ou algodão orgânico;

21.9.4 A **CONTRATADA** deve assegurar, durante a vigência do Contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental da **CONTRATANTE** e estar aderente ao Plano de Logística e Sustentabilidade (PLS) da **CONTRATANTE** no que for aplicável;

21.9.5 A **CONTRATADA** deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

21.9.6 São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa;

21.9.7 É dever da **CONTRATADA** a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

21.9.8 É obrigação da **CONTRATADA** a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

21.9.9 A **CONTRATADA** deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

21.9.10 A **CONTRATADA** deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos empregados, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

21.9.11 Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;

21.9.12 É obrigação da **CONTRATADA** destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e insumos que foram utilizados na prestação de serviços;

21.9.13 A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às especificações e obrigações definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena das sanções administrativa quando do não cumprimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO COMPORTAMENTO ÉTICO E DE INTEGRIDADE:

22.1 A **CONTRATADA** deverá observar o Código de Ética da **CONTRATANTE**, que está disponível no sítio eletrônico da **CONTRATANTE**, no seguinte endereço: <http://www.valec.gov.br/a-valec/etica>.

22.2 Nos termos do que dispõe a Lei n.º 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, que tratam da responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e o item XXIV do Anexo do Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994, que tipifica o Agente Público no âmbito do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a **CONTRATADA** deverá:

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

22.2.1 Adotar conduta compatível com o Código de Ética da **CONTRATANTE** e orientar seus funcionários, prepostos e subcontratados que desempenhem os serviços contratados, a observância do regramento ético estabelecido pela **CONTRATANTE**;

22.2.2 Cumprir, rigorosamente, o conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade estabelecido pela **CONTRATANTE** e na legislação de regência, associados ao objeto contratado;

22.2.3 Comunicar à **CONTRATANTE** e às autoridades competentes eventuais práticas ilícitas ocorridas na vigência deste Contrato, que comprometam as condutas éticas e de integridade, bem como colaborar com as investigações e, se for o caso, adotar medidas para sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a pessoa, a administração pública, nacional e estrangeira, mitigando as falhas cometidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO ANTINEPOTISMO:

23.1 Fica vedada à **CONTRATADA** alocar, para prestação dos serviços que constituem o objeto do presente Contrato, familiar de agente público que neste exerça cargo em comissão ou função de confiança do **CONTRATANTE**.

23.2 Considera-se familiar, nos termos do artigo 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), no Decreto n.º 3.722, de 9 de janeiro de 2001, na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, na Instrução Normativa Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão n.º 4/2014, e na Lei n.º 13.303/2016, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

24.2 Na hipótese de existência de contradições entre o Contrato, Termo de Referência, Edital e O.S., prevalecerá o disposto no Termo de Referência, inclusive, quanto a todos os seus efeitos.

24.3 Os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertencem à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer.

24.4 As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do Contrato deverão observar: a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração, a entrega de versões finais dos produtos e da

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

documentação, a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação, a devolução de recursos; a revogação de perfis de acesso, a eliminação de caixas postais e outras que se apliquem.

24.5 A transição contratual e repasse de conhecimento, ao final do Contrato, deve ser precedida de apresentação, pela **CONTRATADA**, de planejamento das atividades de transição e plano instrucional do repasse de conhecimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, SIGILO E RESTRIÇÕES:

25.1 Pertence à **CONTRATANTE**, nos termos da Lei n.º 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, e a Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos sistemas mantidos e/ou desenvolvidos e resultados produzidos em consequência desta contratação, entendendo-se por resultados, quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, fluxogramas, listagens de programas de computador (fonte ou executável) e documentação didática, em papel ou em mídia eletrônica.

25.2 Não será permitida a cessão, citação ou qualquer referência pública a nenhum dos trabalhos realizados com a exceção dos autorizados pela **CONTRATANTE**.

25.3 Todos os produtos concebidos durante a execução dos serviços do Termo de Referência deverão ser rotineiramente sincronizados com o repositório de documentos da **CONTRATANTE**.

25.4 Fica a **CONTRATADA** obrigada a transferir para a **CONTRATANTE**, os direitos patrimoniais de seus empregados sobre os produtos e/ou serviços gerados na execução do objeto desta contratação.

25.5 A **CONTRATADA** responderá por qualquer demanda em relação aos direitos patrimoniais dos seus empregados, não havendo qualquer responsabilidade do **CONTRATANTE** e, no caso eventual de imputação de responsabilidade à **CONTRATANTE** na via judicial, a **CONTRATADA** arcará com o pagamento dos valores.

25.6 DO SIGILO E DAS RESTRIÇÕES

25.6.1 Publicidade: é proibida a publicidade, direta ou indiretamente relacionada com os serviços constantes do Termo de Referência, salvo se houver autorização por escrito da **CONTRATANTE**.

25.6.2 Segurança: por questões de segurança, fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar todas e quaisquer informações e documentações solicitadas pela **CONTRATANTE** dos profissionais indicados para realizar a manutenção dos sistemas.

25.6.3 Sigilo: será exigida da **CONTRATADA** que assine um Termo de Compromisso, pelo qual se compromete a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, e que a mesma o exija dos seus

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

empregados que prestarem serviços na **CONTRATANTE**.

25.6.4 Idoneidade: a **CONTRATANTE** se reserva o direito de proceder com levantamento e/ou informações pertinentes à idoneidade de qualquer profissional que venha a ser indicado para a prestação dos serviços.

25.6.5 Condições de manutenção de sigilo

25.6.5.1 A **CONTRATADA** não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese qualquer informação sobre a arquitetura e/ou documentação; assim como dados e/ou metadados trafegados; produtos desenvolvidos e entregues, ficando responsável juntamente com a **CONTRATANTE** por manter a segurança da informação relativa aos dados e procedimentos durante a execução das atividades e também em período posterior ao término da execução do Contrato.

25.6.5.2 A **CONTRATADA** deverá assinar na reunião inicial do Contrato o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e posteriormente colher de todos os funcionários que prestarão serviços na presente contratação a assinatura do Termo de Ciência.

25.6.5.3 A minuta do Termo de Confidencialidade, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito as normas de segurança vigentes na **CONTRATANTE** ou entidade, a ser assinado pelo representante legal do fornecedor, faz-se presente no Anexo “H” do Termo de Referência.

25.6.5.4 A minuta do Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na **CONTRATANTE** ou entidade, a ser assinado por todos os empregados da **CONTRATADA** diretamente envolvidos na contratação, faz-se presente Anexo “I” do Termo de Referência.

25.6.6 Segurança das informações

25.6.6.1 A **CONTRATADA** é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos pela **CONTRATANTE** ou contidos em quaisquer documentos e mídias de que venha a ter acesso durante a etapa de repasse, de execução dos serviços e de encerramento contratual, não podendo, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los para fins alheios à exclusiva necessidade dos serviços contratados.

25.6.6.2 A **CONTRATADA** firmará, em termo próprio, confidencialidade e segurança das informações (Anexo “H” do Termo de Referência). Adicionalmente, cada profissional a serviço da **CONTRATADA** deverá assinar termo próprio atestando ciência da existência de tal compromisso (Anexo “I” do Termo de Referência).

25.6.6.3 Todo e qualquer profissional a serviço da **CONTRATADA** deverá assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional da **CONTRATANTE** não poderá ser utilizada para fins particulares. O correio eletrônico fornecido pela **CONTRATANTE**, bem

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
 Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
 Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

como a navegação em sítios da *internet* ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditados.

25.6.6.4 A **CONTRATADA**, na execução dos serviços contratados, deverá observar a Política de Segurança da Informação da **CONTRATANTE**, os normativos vigentes e as boas práticas relativas à segurança da informação, especialmente as indicadas nos normativos internos da Administração Pública Federal, em todas as atividades executadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA RENÚNCIA:

26.1 O não exercício de qualquer direito que caiba à **CONTRATANTE**, no caso de inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas pelo **CONTRATADA** neste instrumento, não será interpretado como renúncia, podendo ser exercidos tais direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:

27.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no DOU.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO:

28.1 O foro competente, eleito pelas partes, é o da Justiça Federal da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília (DF), de de .

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S. A.:

**PAULO DE TARSO CANCELA
 CAMPOLINA DE OLIVEIRA**
 Diretor Administrativo e
 Financeiro

JOSÉ LUIS VIANNA FERREIRA
 Diretor-Presidente Interino

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Contrato n.º **XX/2019** – Edital Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 6/2019
Serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários, para sustentação de recursos, processos de
Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e para suportar demandas eventuais ou programadas.

Nome: _____

CPF: _____

CONTRATO PADRÃO 9 - Serviços de TI